



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2026
(Processo Administrativo nº. 032/2026)
Tipo: Menor Preço por Item.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVA JATO E LUBRIFICAÇÃO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU, BEM COMO DE SEUS FUNDOS MUNICIPAIS, SECRETARIAS E DEMAIS SETORES ADMINISTRATIVOS.

1. O fornecimento dos serviços, deverá ser conforme condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, e ainda conforme as quantidades e a especificação da planilha de descrição dos itens: Planilha de descrição dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QTD	V. ESTIMADO	V. TOTAL	INTERVALO MINIMO P/ LANCE
1	SERVIÇO DE LAVAGEM DE MOTOCICLETA	SERVIÇO	2010	27,38	R\$ 55.033,80	R\$ 0,01
2	SERVIÇO DE LAVAGEM DE CAMINHONETE	SERVIÇO	1388	107,62	R\$ 149.376,56	R\$ 0,01
3	SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS DE PASSEIO SIMPLES	SERVIÇO	460	84,91	R\$ 39.058,60	R\$ 0,01
4	SERVIÇO DE LAVAGEM DE CAMINHÃO F-4000	SERVIÇO	144	159,00	R\$ 22.896,00	R\$ 0,01
5	SERVIÇO DE LAVAGEM PARA MICRO-ÔNIBUS	SERVIÇO	770	199,50	R\$ 153.615,00	R\$ 0,01
6	SERVIÇO DE LAVAGEM DE AMBULÂNCIA - GRANDE	SERVIÇO	200	116,25	R\$ 23.250,00	R\$ 0,01
7	SERVIÇO DE LAVAGEM DE AMBULÂNCIA TIPO VAN	SERVIÇO	250	101,35	R\$ 25.337,50	R\$ 0,01



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



8	SERVIÇO DE LAVAGEM DE AMBULÂNCIA DE PEQUENO PORTE	SERVIÇO	80	77,40	R\$ 6.192,00	R\$ 0,01
9	SERVIÇO DE LAVAGEM ODONTOMÓVEL	SERVIÇO	24	219,16	R\$ 5.259,84	R\$ 0,01
10	SERVIÇO DE LAVAGEM DE CAMINHÃO TIPO PAPA-LIXO	SERVIÇO	24	299,00	R\$ 7.176,00	R\$ 0,01
11	SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO CAÇAMBA TOCO	SERVIÇO	144	299,00	R\$ 43.056,00	R\$ 0,01
12	SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO TIPO CAÇAMBA TRUCK	SERVIÇO	24	309,00	R\$ 7.416,00	R\$ 0,01
13	SERVIÇO DE LAVAGEM DE MÁQUINAS TIPO CARREGADEIRA	SERVIÇO	240	438,00	R\$ 105.120,00	R\$ 0,01
14	SERVIÇO DE LAVAGEM DE MÁQUINAS TIPO PATROL	SERVIÇO	144	431,00	R\$ 62.064,00	R\$ 0,01
15	SERVIÇO DE LAVAGEM DE MÁQUINAS TIPO TRATOR DE ESTEIRA	SERVIÇO	200	209,00	R\$ 41.800,00	R\$ 0,01
16	SERVIÇO DE LAVAGEM DE MÁQUINAS TIPO TRATOR DE PNEU	SERVIÇO	120	446,33	R\$ 53.559,60	R\$ 0,01
17	SERVIÇO DE LAVAGEM DE MÁQUINAS TIPO ESCAVADEIRA	SERVIÇO	140	250,00	R\$ 35.000,00	R\$ 0,01
18	SERVIÇO DE LAVAGEM DE MÁQUINAS TIPO RETROESCAVADEIRA	SERVIÇO	6362	30,00	R\$ 190.860,00	R\$ 0,01
19	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE CAMINHONETE	SERVIÇO	2304	90,00	R\$ 207.360,00	R\$ 0,01



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



20	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE MICRO - ÔNIBUS	SERVIÇO	60	58,29	R\$ 3.497,40	R\$ 0,01
21	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE ODONTOMÓVEL	SERVIÇO	150	60,00	R\$ 9.000,00	R\$ 0,01
22	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE AMBULÂNCIA - GRANDE	SERVIÇO	12	100,50	R\$ 1.206,00	R\$ 0,01
23	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS TIPO CAÇAMBA TOCO	SERVIÇO	72	100,50	R\$ 7.236,00	R\$ 0,01
24	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS TIPO CAÇAMBA TRUCK	SERVIÇO	12	87,00	R\$ 1.044,00	R\$ 0,01
25	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO PAPA-LIXO	SERVIÇO	72	87,00	R\$ 6.264,00	R\$ 0,01
26	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO F-4000	SERVIÇO	12	139,00	R\$ 1.668,00	R\$ 0,01
27	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO E MÁQUINAS TIPO CARREGADEIRA	SERVIÇO	120	139,00	R\$ 16.680,00	R\$ 0,01
28	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS TIPO PATROL	SERVIÇO	72	300,00	R\$ 21.600,00	R\$ 0,01
29	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS TIPO TRATOR DE ESTEIRA	SERVIÇO	100	101,66	R\$ 10.166,00	R\$ 0,01
30	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS TIPO TRATOR DE PNEU	SERVIÇO	60	139,00	R\$ 8.340,00	R\$ 0,01



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



31	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS TIPO ESCAVADEIRA	SERVIÇO	60	139,00	R\$ 8.340,00	R\$ 0,01
32	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS TIPO RETROESCAVADEIRA	SERVIÇO	80	175,00	R\$ 14.000,00	R\$ 0,01
33	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VAN	SERVIÇO	60	58,29	R\$ 3.497,40	R\$ 0,01

R\$ 1.345.969,70 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta e nove reais e setenta centavos).

***** O INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE OS LANCES, QUE INCIDIRÁ TANTO EM RELAÇÃO AOS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO EM RELAÇÃO À PROPOSTA QUE COBRIR A MELHOR OFERTA DEVERÁ SER CONFORME ESTABELECIDO PARA CADA ITEM DESTE TERMO DE REFERÊNCIA, CORRESPONDENTE A R\$ 0,01 (UM CENTAVO DE REAL), EM RELAÇÃO AOS VALORES UNITÁRIOS ESTIMADOS.**

1.1. DO VALOR ESTIMADO

1.1.1. A metodologia utilizada para composição do valor estimado observa o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que determina que a Administração deve realizar pesquisas de mercado com fontes diversas, idôneas e representativas.

1.1.2. Para a formação do valor estimado deste Termo de Referência, foram utilizadas pesquisas de preços realizadas junto a fornecedores locais do segmento de hotelaria, bem como consultas a portais oficiais de transparência, a partir dos quais foi possível extrair Atas de Registro de Preços, Termos de Adjudicação, Contratos e demais documentos públicos relacionados a contratações similares já realizadas por outros entes públicos.

1.1.3. As informações obtidas nesses portais de transparência complementaram as propostas dos fornecedores locais, permitindo à Administração verificar a compatibilidade dos valores praticados, identificar padrões de preços e assegurar maior segurança técnica na determinação do valor estimado a ser utilizado no processo licitatório.

2. DO OBJETO

2.1. Refere-se ao registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lava jato e lubrificação, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Anapu, bem como de seus Fundos Municipais, Secretarias e demais setores administrativos.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



3.1. Refere-se ao registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lava jato e lubrificação, a serem executados nos veículos e setores indicados pela Prefeitura Municipal de Anapu, para atender às necessidades da Prefeitura, seus Fundos Municipais, Secretarias e demais setores administrativos.

3.2. A empresa contratada deverá atender às normas e regulamentações aplicáveis aos serviços de lava jato e lubrificação, bem como às exigências técnicas definidas neste Edital. Serviços executados em desacordo com as especificações, incluindo falhas na execução, uso inadequado de materiais, descumprimento de procedimentos de segurança ou qualquer não conformidade técnica serão recusados, ficando vedado o pagamento pelos serviços correspondentes até que as adequações sejam realizadas.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA

4.1. O presente procedimento fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais legislações correlatas aplicáveis à matéria, especialmente no que se refere ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, à pesquisa de preços, ao processamento do pregão eletrônico e ao Sistema de Registro de Preços.

4.2. O MUNICÍPIO DE ANAPU, Por meio da Prefeitura Municipal, considerando a necessidade de contratação futura e eventual de serviços de lava jato e lubrificação para atender às demandas institucionais da Prefeitura, Secretarias, Departamentos e demais setores, correspondente ao Município de Anapu-PA, apresenta-se a seguinte justificativa:

4.2.1. A contratação de serviços de lava jato e lubrificação torna-se necessária para atender às demandas da Prefeitura, Secretarias, Departamentos e demais setores, correspondente ao Município de Anapu-PA.

4.2.2 A Administração Municipal frequentemente necessita garantir a conservação, limpeza e manutenção adequadas dos veículos da frota, assegurando condições apropriadas para servidores, profissionais técnicos, equipes externas e usuários durante o desempenho de atividades administrativas, operacionais, visitas técnicas, eventos institucionais e demais serviços de interesse público.

4.2.3 Nesses casos, é imprescindível garantir a execução adequada dos serviços de lava jato e lubrificação, assegurando a conservação, limpeza e funcionamento adequado dos veículos para o bom desempenho das atividades. A contratação atende, portanto, à necessidade contínua e imprevisível de manutenção da frota, preservando a eficiência administrativa, a continuidade dos serviços públicos e condições adequadas de uso dos veículos nos deslocamentos e atendimentos à população.

5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



5.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer conforme a necessidade da Prefeitura Municipal de Anapu e suas Secretarias, sendo iniciada mediante Autorização de Fornecimento ou documento equivalente emitido pelo setor requisitante.

5.1.1. O serviço de lava jato e lubrificação será realizado nos veículos da frota da Prefeitura, Secretarias, Departamentos e demais setores, nas datas e horários definidos pela Administração Municipal, de forma a não comprometer o funcionamento das atividades administrativas.

5.1.2. A execução dos serviços de lava jato e lubrificação deverá ocorrer imediatamente após a solicitação, observada a programação prévia informada pela Administração, não podendo haver recusa injustificada por parte da contratada.

5.1.3. Não serão aceitos serviços de lava jato ou lubrificação que sejam executados em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, ou que não atendam aos padrões mínimos de qualidade, segurança, eficiência e conservação dos veículos.

5.1.4. Os serviços de lava jato e lubrificação deverão obedecer integralmente à legislação vigente aplicável ao setor, incluindo normas técnicas, de segurança, ambientais e regulamentos específicos relacionados à operação, conservação e manutenção da frota de veículos.

6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, necessárias à execução dos serviços contratados, sem qualquer ônus adicional à Prefeitura Municipal de Anapu, garantindo o cumprimento de todas as obrigações previstas neste Edital, seus anexos e na proposta apresentada, e assumindo integralmente os riscos e custos necessários para a perfeita execução dos serviços de lava jato e lubrificação.

6.1.1.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, necessárias à execução dos serviços contratados, sem qualquer ônus adicional à Prefeitura Municipal de Anapu.

6.1.1.2. Garantir que os serviços executados estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. Caso sejam identificadas inconformidades, a Contratada deverá providenciar a correção ou reaplicação dos serviços imediatamente, sem custo adicional.

6.1.1.3. Responder por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução dos serviços.

6.1.1.4. Assegurar o cumprimento integral das condições de execução dos serviços de lava jato e lubrificação, incluindo inspeção, ajustes, substituição de peças ou componentes, conservação e manutenção adequada da frota de veículos.



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



6.1.1.5. Executar os serviços nos prazos, condições e quantidades solicitadas, atendendo às normas legais e às disposições deste Edital.

6.1.1.6. Atender prontamente às solicitações de manutenção realizadas pela Prefeitura Municipal de Anapu, observando a programação e disponibilidade previamente informadas pela Administração. Não poderá haver recusa injustificada.

6.1.1.7. Garantir que os serviços de lava jato e lubrificação estejam disponíveis todos os dias da semana, considerando que a necessidade da Administração pode ocorrer em qualquer data, incluindo finais de semana e feriados.

6.1.1.8. Responder pelos vícios, falhas ou deficiências na execução dos serviços de lava jato e lubrificação, nos termos aplicáveis, especialmente quanto à segurança, eficiência e conservação dos veículos.

6.1.1.9. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 horas, a impossibilidade de atendimento de solicitação de manutenção previamente agendada, apresentando justificativa formal.

6.1.1.10. Manter, durante toda a vigência da Ata e do contrato decorrente, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas no certame.

6.1.1.11. Indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;

6.1.1.12. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

6.1.1.13. Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem da **Prefeitura Municipal de Anapu**;

6.1.1.14. Acatar todas as orientações do **Prefeitura Municipal de Anapu**, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

6.1.1.15. Manter, durante o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.1.16 – As despesas inerentes a Impostos, Tributos, Frete, Contratação de Pessoal, entre outros, correrão totalmente por conta da Empresa vencedora.

6.2. DA CONTRATANTE:

6.2.1. São obrigações da Contratante:

6.2.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições desta contratação de aquisição.



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



6.2.1.2. Recusar serviços de manutenção que estejam em desacordo com as especificações técnicas, padrões mínimos de qualidade, segurança, eficiência ou demais obrigações assumidas pela Contratada.

6.2.1.3. Realizar as solicitações de execução dos serviços dentro dos prazos e procedimentos definidos pela Administração, informando corretamente datas, horários, quantidade de equipamentos e tipo de manutenção necessária (preventiva ou corretiva).

6.2.1.4. Verificar, no momento da execução e após a conclusão dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva, se os serviços prestados atendem às condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na proposta apresentada pela Contratada.

6.2.1.5. Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer falhas, irregularidades, inadequações ou não conformidades observadas nos veículos ou na execução dos serviços de lava jato e lubrificação, para que sejam imediatamente corrigidas ou refeitas, sem custos adicionais à Administração.

6.2.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.2.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.1.1. O (A) servidor (a) designada anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

I - Fiscalizar e atestar a execução, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato;

II - Comunicar eventuais falhas na execução, cabendo à **CONTRATADA** adotar as providências necessárias;



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



III - Garantir à **CONTRATADA** toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com a execução;

IV - Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo;

7.1.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8. DO PAGAMENTO

8.1. Condições de Pagamento: O Pagamento será efetuado após a execução do item licitado, sempre após a emissão da Nota de Liquidação de Despesa, mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado pela secretaria de finanças da Prefeitura Municipal de Anapu, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente, da seguinte forma:

8.1.1. O Pagamento será até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal;

8.1.2. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE mediante a entrega da Nota Fiscal, em 02 (duas) vias, no Setor de Finanças de Prefeitura Municipal de Anapu, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 98, Bairro Centro, Anapu/PA, acompanhada dos respectivos pedidos e/ou Notas de Empenhos.

8.1.3. O **GESTOR** terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da apresentação do documento fiscal, para aprová-lo ou rejeitá-lo.

8.1.4. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à **CONTRATADA** pelo Gestor da Ata e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

8.1.5. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo na prestação dos serviços pela **CONTRATADA**.

8.1.6. O CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se a prestação dos serviços ou a entrega do objeto estiver em desacordo com as especificações constantes no Contrato;

8.1.7. Poderá a **Prefeitura Municipal de Anapu** deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela contratada;

8.1.8. A empresa deverá indicar na(s) nota(s) fiscal(is), além de outras informações exigidas de acordo com a legislação própria:



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



8.1.8.1. Especificação correta do objeto, marca, e

8.1.8.2. Número da licitação e contrato.

9. DO REAJUSTE

9.1. Não há previsão de reajuste associado a esta contratação.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou o contratado que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.3. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.4. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.5. Não celebrar a Ata de Registro de preços ou o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.6. Recusar-se, sem justificativa, a assinar contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.9.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.9.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.9.3. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.9.4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 2013.



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



10.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

10.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.2.6. Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.3. Com fulcro na Lei nº. 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.3.1. Advertência;

10.3.2. Multa;

10.3.3. Impedimento de licitar e contratar, e;

10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.4.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.5. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



10.5.1. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

10.6.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.6.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

10.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo **máximo de 3 (três) anos**.

10.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº. 14.133/2021.

10.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

10.12. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por **02 (dois) ou mais servidores efetivos**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



10.13. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

10.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

11.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício. A dotação orçamentária também será informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.

13. DA JUSTIFICATIVA DO CERTAME ITENS EXCLUSIVOS PARA EMPRESAS ENQUADRADAS COMO (ME/EPP/MEI)

13.1. O município poderá estabelecer a prioridade para a contratação de MEs e EPPs sediadas em seu território ou na região, de acordo com a discricionariedade do gestor. No entanto, deve haver, pelo menos, três empresas qualificadas como tal na localidade para que haja essa restrição, devendo observar as respectivas definições.

13.2. A aplicação da margem de preferência para essas empresas justifica-se em função da busca de, ao menos, um dos seguintes objetivos:

- I. Promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;
- II. Ampliação da eficiência das políticas públicas;
- III. Incentivo à inovação.

13.3. Além disso, a aplicação só poderá ocorrer quando forem preenchidas, cumulativamente, as condições de que o benefício esteja expressamente previsto no



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE ANAPU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
CNPJ 01.513.194/0001-63



EDITAL; a ME ou EPP tenha efetivamente participado da licitação e ofertado preço que, apesar de superior ao menor ofertado, esteja dentro da margem de preferência; trate-se de licitação diferenciada (valor até R\$ 80.000,00 por item ou cota de 25% do objeto contratado) e o preço seja compatível com a realidade do mercado.

13.4. O artigo nº. 47 da Lei Complementar nº. 123/2006 estabelece que nas contratações públicas deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as MEs e EPPs. Os objetivos são a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

14. DOS ÂMBITOS LOCAL E REGIONAL

14.1. Fundamentado no § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, fica estabelecida a preferência para contratação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município de Anapu/PA, ou na região, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido.

14.2. A prioridade precedente será para as empresas ME/EPP **sediadas no município de Anapu/PA.**

14.3. Não havendo empresa ME/EPP sediada no município de Anapu/PA, ou o valor destas estarem acima do limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, a prioridade será das empresas localizadas nos municípios do âmbito regional.

14.3.1. Compreende-se por âmbito regional, os municípios pertencentes à microrregião de Anapu (IBGE), ou seja: Altamira, Anapu, Porto de Moz, Portel, São Félix do Xingu e Vitória do Xingu.

13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

13.1 - O critério de julgamento será o de **menor preço por Item**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Anapu, PA, 12 de fevereiro de 2026.

Luiz Carlos Aguiar Leite
Prefeito Municipal de Anapu
Ordenador de Despesas